

- Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.
- Os itens desta prova deverão ser julgados exclusivamente à luz da apostila do Curso de Formação, desconsiderando-se quaisquer divergências entre esta e outras fontes.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA --

Acerca de conceitos relativos às políticas públicas sociais e ao FNDE, julgue os itens a seguir.

- 1 O neoliberalismo afeta as políticas públicas sociais ao priorizar a agenda econômica para a redução do déficit fiscal do Estado.
- 2 Um fator comum às numerosas definições para políticas públicas são as intenções que dirigem as ações de um governo na busca de soluções aos problemas públicos e de atendimento a demandas de grupos específicos da sociedade.
- 3 As políticas públicas distributivas, garantidas por lei, têm caráter universalista, mas são de complexa implementação, uma vez que existem opositores políticos ou econômicos para o atendimento das demandas.
- 4 Um dos fatores que impactam as políticas públicas é a alternância de governos, pois aquilo que para um governo era prioritário pode deixar de ser para outro.
- 5 O FNDE é uma política de Estado que exerce a função exclusiva de distribuição equânime dos investimentos financeiros para a educação nacional.

No que diz respeito ao ciclo das políticas públicas e à relação entre políticas públicas e políticas sociais, julgue os itens subsequentes.

- 6 As demandas sociais, que mobilizam o ciclo de produção das políticas públicas, são oriundas exclusivamente de mobilizações da sociedade civil para participação no sistema político.
- 7 As políticas públicas redistributivas brandas e as políticas distributivas assemelham-se quanto ao financiamento, que ocorre por meio do orçamento público.
- 8 Na formação da agenda, se a demanda apresentada pela sociedade for reconhecida como um problema político, ela fará parte da agenda; caso contrário, ela poderá ser excluída ou adiada.
- 9 No processo de produção de uma política pública, os mecanismos de monitoramento e controle restringem-se à fase de avaliação.

Julgue os itens a seguir, referentes ao Plano Nacional de Educação (PNE) e ao sistema educacional brasileiro.

- 10 O Programa Novo Mais Educação tem impulsionado a melhoria do desempenho educacional mediante a complementação da carga horária em cinco ou quinze horas semanais no turno e no contraturno escolar.
- 11 No contexto brasileiro, a proporção do gasto público em educação em relação ao produto interno bruto (PIB) é de aproximadamente 10%.
- 12 O PNE atua como política pública articuladora das diversas políticas educacionais, sendo referencial para elaboração de planos e ações em todos os níveis federativos e modalidades de ensino.
- 13 São exemplos de avanços para o sistema educacional brasileiro a implementação do PNE, do ensino fundamental de nove anos e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) bem como a ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes por meio do Programa Novo Mais Educação (escola em tempo integral).
- 14 O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é calculado com base no desempenho dos estudantes nas avaliações do INEP (realizadas ao final dos ciclos formativos dos ensinos fundamentais I e II e do ensino médio) e nos indicadores de fluxo (taxas de promoção, repetência e evasão escolar).
- 15 O monitoramento e a avaliação das ações do PNE são realizados por meio de estudos, pesquisas e publicações quinquenais dos resultados, cuja linha de base são as informações disponibilizadas até a data de publicação do PNE vigente.

Julgue os itens a seguir, acerca do FNDE e de sua atuação.

- 16 O FNDE foi criado no mesmo ano de promulgação da Constituição Federal de 1988, no contexto da redemocratização.
- 17 O FNDE é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação.
- 18 O universo de atuação do FNDE abrange todas as escolas de educação básica do país.
- 19 Um dos desafios do FNDE é a eficiência na arrecadação e gestão do salário-educação.
- 20 Para o FNDE, é importante a busca permanente de parcerias estratégicas e do fortalecimento institucional.
- 21 Os recursos financeiros do FNDE são direcionados para ações educacionais dos ministérios do governo federal.
- 22 A visão de futuro do FNDE é prestar assistência técnica e financeira e executar ações que contribuam para uma educação de qualidade para todos.
- 23 A meritocracia é um dos valores institucionais do FNDE.

Julgue os itens subsequentes, no que diz respeito ao planejamento e à evolução orçamentária do FNDE.

- 24 O ano de 2024 apresentou o maior orçamento da autarquia desde a sua criação.
- 25 O FNDE, além de financiar a educação, também destina recursos públicos a programas e ações de desenvolvimento social.
- 26 A autarquia vem-se consolidando como uma organização de excelência na gestão e execução de recursos públicos destinados ao financiamento da educação.
- 27 O orçamento da autarquia teve aumentos expressivos desde a sua criação, seguindo sempre uma escala crescente ano a ano.
- 28 A mudança governamental ocorrida em 2022 teve impacto no orçamento da autarquia.

Julgue os itens a seguir, referentes a programas e ações do FNDE.

- 29 O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública executada por intermédio do FNDE.
- 30 As políticas educacionais se concretizam e se tornam visíveis mediante a implementação de programas, ações e projetos sob a responsabilidade do FNDE.

No que diz respeito ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), julgue os seguintes itens.

- 31 O FNDE, por meio da Coordenação-Geral do PNAE, estabelece normas de qualidade nutricional e incentiva ações de educação alimentar, conforme o **Guia Alimentar para a População Brasileira**.
- 32 O PNAE foi instituído pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
- 33 O PNAE, por atender aos estudantes da educação infantil e do ensino fundamental, tem caráter restrito.
- 34 O PNAE tem como objetivo promover o crescimento, o desenvolvimento biopsicossocial e a aprendizagem dos estudantes, garantindo refeições adequadas e incentivando hábitos alimentares saudáveis por meio de ações de educação alimentar e nutricional durante o período letivo.

Julgue os itens a seguir, relativos ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

- 35 A assistência financeira do PDDE é realizada pelo FNDE, diretamente às escolas, em duas parcelas anuais, uma em cada semestre, com intervalo mínimo de quatro meses entre elas.
- 36 O PDDE foi criado no ano da promulgação da Constituição Federal de 1988 e, atualmente, é regido por lei federal ordinária que trata do atendimento à alimentação escolar.
- 37 Os recursos financeiros do PDDE Básico e das ações integradas são repassados pelo FNDE às escolas beneficiadas, por meio da entidade supervisora, da unidade beneficiária executora e da entidade receptora.

Em relação ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), julgue os itens subsequentes.

- 38 O principal valor do PNLD consiste na garantia da equidade no acesso a materiais didáticos de qualidade para todos os estudantes e professores do território nacional.
- 39 Nenhuma instituição de ensino privada pode receber livros do PNLD, nem mesmo as comunitárias ou filantrópicas sem fins lucrativos.
- 40 O PNLD atende às escolas públicas de toda a educação básica, incluído o segmento da educação de jovens e adultos e da educação do campo.
- 41 Para participar do PNLD, as escolas federais e as redes de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal devem aderir ao programa por meio do Sistema PDDE Interativo, e tal adesão, depois de formalizada, permanece válida por prazo indeterminado ou até eventual solicitação de exclusão.

No que se refere às políticas de transporte do escolar, julgue os itens que se seguem.

- 42 O objetivo do Programa Caminho da Escola é a aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizado pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar.
- 43 Embora seja uma meta do Programa Caminho da Escola, a aquisição de bicicletas ainda não é contemplada, haja vista a preferência do programa pela aquisição de ônibus e embarcações.
- 44 Para a transferência dos recursos do PNATE, o FNDE utiliza em seus cálculos o número de alunos transportados, conforme dados do censo escolar do ano anterior e *per capita*.
- 45 O Ministério dos Transportes em parceria com o Ministério da Educação mantém, por intermédio do FNDE, três programas destinados ao transporte de estudantes.
- 46 O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) visa suplementar o custeio do serviço de transporte escolar aos alunos matriculados na educação básica pública residentes exclusivamente em área rural, de modo a garantir-lhes o acesso e a permanência na escola.
- 47 A transferência dos recursos públicos do PNATE aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal é realizada em três parcelas anuais, nos meses de fevereiro, maio e setembro.

Acerca do Plano de Ações Articuladas (PAR), julgue os itens a seguir.

- 48 Na fase de planejamento do PAR, o gestor do ente federado indica as demandas existentes no município ou no estado, de acordo com o diagnóstico realizado na fase anterior e as iniciativas aprovadas pelo Comitê Estratégico do PAR.
- 49 Vigora, atualmente, o quinto ciclo do PAR, que agrupa aprimoramentos e melhorias de interface e conteúdo, além de ser integrado a outros sistemas do Ministério da Educação e do FNDE.
- 50 O PAR consiste em um instrumento de diagnóstico e planejamento da política educacional concebido para estruturar e gerenciar metas definidas de forma estratégica.
- 51 O PAR é estruturado em apenas três áreas de atuação (gestão educacional, infraestrutura e avaliação), subdivididas em setores específicos.
- 52 As metas e estratégias relacionadas à educação básica contempladas pelo PAR estão alinhadas com os planos de governo vigentes, sendo instrumento de execução do regime de cooperação entre União, estados, Distrito Federal e municípios.

No que diz respeito ao financiamento da educação básica pública no Brasil, aos seus embasamentos legais e respectivos desdobramentos em políticas públicas, julgue os itens a seguir.

- 53 A composição financeira do FUNDEB restringe-se à porcentagem de 20% de impostos e transferências constitucionais.
- 54 A União, por meio do Ministério da Educação, tem uma série de ações, programas e projetos suplementares que são operacionalizados pelo FNDE e objetivam contribuir, de forma supletiva e redistributiva, com a melhoria da qualidade da educação básica nacional.
- 55 O FUNDEB, cuja vigência é temporária, é um mecanismo de política redistributiva da educação que atua na equalização das oportunidades educacionais no país.
- 56 De acordo com a Constituição Federal de 1988, a União deve vincular, no mínimo, 15% de seus impostos e suas transferências constitucionais para a educação, a cada ano.
- 57 São fontes de financiamento da educação básica nos estados, no Distrito Federal e nos municípios os recursos próprios provenientes da vinculação constitucional de impostos, o salário-educação, os recursos do FUNDEB e os dos programas do FNDE.
- 58 Decorre do princípio orçamentário da economicidade a obrigação constitucional de aplicação anual, pelos gestores municipais, de 25% dos impostos e das transferências constitucionais em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino.
- 59 As ações de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) são as ações necessárias à consecução dos objetivos básicos das instituições de ensino e estão definidas na LDB.

Considerando a organização da educação no Brasil, seus âmbitos de atuação prioritária e o regime de colaboração, julgue os itens que se seguem.

- 60 As funções redistributiva e supletiva da União no regime de colaboração são exercidas por meio do repasse de recursos federais e de complementação ao FUNDEB.
- 61 Compõem a estrutura de financiamento da educação básica os âmbitos de atuação prioritária e o regime de colaboração, previstos constitucionalmente, e os recursos vinculados à educação.
- 62 A educação básica é compreendida na legislação vigente como todo o período de formação educacional de um indivíduo, abrangendo a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e o ensino superior.
- 63 O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia do Ministério da Educação, realiza, entre outras atribuições, o censo escolar anual, cujos dados são referência para repasses financeiros aos entes federados.
- 64 O regime de colaboração proposto pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) refere-se à união dos três setores econômicos (governo, iniciativa privada e sociedade civil) para a oferta de educação básica de qualidade em todo o território nacional.

Julgue os itens a seguir, acerca dos critérios de distribuição do FUNDEB.

- 65 Os estados e municípios não podem receber todas parcelas de complementação da União concomitantemente.
- 66 A regra de distribuição da complementação da União é distribuída em três etapas com critérios distintos de distribuição.
- 67 Os critérios de distribuição dos recursos do FUNDEB baseiam-se no número de matrículas da educação básica do ano em que é feito o repasse.
- 68 As diferentes parcelas da complementação da União são excludentes em função de seus critérios de distribuição.

Julgue os itens subsequentes, relativos às regras de aplicação dos recursos do FUNDEB.

- 69 Os recursos do FUNDEB não podem ser aplicados pelos estados e municípios indistintamente entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica.
- 70 A aplicação dos recursos do FUNDEB deve atender ao princípio da anualidade.
- 71 Até 10% dos recursos recebidos do FUNDEB poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.
- 72 A primeira regra essencial sobre a aplicação dos recursos do FUNDEB é a de que eles só podem ser destinados às ações de manutenção e desenvolvimento do ensino.

Julgue os itens a seguir, no que diz respeito à destinação de recursos do FUNDEB aos profissionais da educação.

- 73 Uma das regras para a aplicação específica dos recursos de complementação valor aluno/ano total (VAAT) é de que um percentual mínimo de 30% desses recursos deve ser aplicado, em cada rede de ensino beneficiada, em despesas de capital.
- 74 Proporção não inferior a 70% dos recursos anuais do FUNDEB deve ser destinada ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.

Acerca do salário-educação, julgue os itens seguintes.

- 75 Desde 2024, a distribuição de recursos das quotas do salário-educação destinadas aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios passou a considerar a proporção entre as matrículas de cada rede de ensino e o total das matrículas da educação básica pública, aplicada sobre a arrecadação observada em âmbito nacional.
- 76 A arrecadação do salário-educação é realizada pelo FNDE.
- 77 O universo de contribuintes do salário-educação é formado pelas empresas vinculadas à previdência social.
- 78 A quota federal de arrecadação do salário-educação corresponde a dois terços dos recursos.
- 79 A distribuição dos recursos do salário-educação ocorre de modo que 10% da arrecadação líquida é destinada para o FNDE, que aplica tais recursos no financiamento de programas, ações e projetos voltados para a educação básica.
- 80 80% da arrecadação dos recursos do salário-educação é líquida e distribuída sob a forma de quotas.

No que diz respeito à prestação de contas dos recursos do FNDE, às tipologias de transferências e à legislação aplicável, julgue os itens a seguir.

- 81 As entidades privadas que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem recursos públicos, ainda que não integrem a administração pública indireta, estão sujeitas ao dever de prestar contas previsto na Constituição Federal de 1988.
- 82 A prestação de contas dos convênios e dos contratos de repasse deve ser iniciada após a liberação da última parcela dos recursos financeiros, momento em que se inicia formalmente o processo de comprovação da execução.
- 83 Os programas do livro são um exemplo clássico das ações de financiamento do FNDE classificadas como de execução indireta, uma vez que os recursos são aplicados pelos estados e municípios.
- 84 O salário-educação consiste em uma transferência legal realizada pelo FNDE, que define suas normas de execução, identifica os beneficiários e verifica os requisitos para o repasse dos recursos, razão pela qual a referida contribuição social não se enquadra como transferência constitucional.
- 85 As transferências discricionárias de recursos do FNDE, por terem elementos não vinculados, permitem a execução de projetos educacionais formalizados por meio de termos de compromisso.

Acerca da metodologia de apresentação e análise da prestação de contas, bem como da tomada de contas especial, julgue os itens subsequentes.

- 86 A instauração da tomada de contas especial é medida de exceção, devendo ocorrer após a adoção de medidas administrativas internas para caracterização ou elisão do dano.
- 87 Atualmente, a prestação de contas dos recursos transferidos pelo FNDE é realizada por meio de sistemas eletrônicos, sendo vedado o uso de formulários em papel em qualquer etapa do processo.
- 88 A análise de prestações de contas no FNDE pode ser realizada tanto por meio de análise manual detalhada — aplicável, geralmente, a processos com maior risco de prejuízo ao erário — quanto por meio de modelos baseados em gestão de riscos, como o procedimento denominado malha fina.
- 89 No Programa Escola em Tempo Integral, a prestação de contas pode resultar em aprovação parcial quando apenas parte das despesas for comprovada no sistema BB Gestão Ágil ou quando o resultado da análise da execução física determinar a devolução de recursos na proporção da parcela da meta não atingida.
- 90 No âmbito da tomada de contas especial, o julgamento das contas dos responsáveis por prejuízo ao erário é competência do Tribunal de Contas da União (TCU).

Julgue os itens subsequentes, relativos à estrutura organizacional do FNDE.

- 91 A Diretoria de Ações Educacionais e a Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais compõem os denominados órgãos singulares ou finalísticos do FNDE.
- 92 A Procuradoria Federal, a Auditoria Interna e a Corregedoria são órgãos de assistência direta e imediata ao presidente do FNDE.
- 93 À Corregedoria compete planejar, coordenar, executar e avaliar as atividades disciplinares, requisitar ou instaurar, de ofício ou a partir de representações e de denúncias, sindicâncias, incluídas as patrimoniais, processos administrativos disciplinares e demais procedimentos correcionais para apurar responsabilidade por irregularidades praticadas.
- 94 À Diretoria de Gestão de Fundos e Benefícios compete gerir os programas de livros didáticos e bibliotecas escolares destinados a estudantes e professores da educação básica e de outros segmentos da rede pública de ensino.

Julgue os itens a seguir, acerca do planejamento estratégico do FNDE.

- 95 De acordo com o Mapa Estratégico do FNDE (2023-2027), o objetivo estratégico de dispor de informações qualificadas para tomada de decisão pertence à perspectiva dos resultados institucionais.
- 96 Na elaboração de seu planejamento estratégico, o FNDE optou pela metodologia ABC, alinhando os objetivos e as metas aos instrumentos de planejamento nacional.
- 97 O indicador do percentual de atendimento relacionado à assistência técnica dos programas suplementares, das bolsas e dos auxílios está associado ao objetivo estratégico de promover a execução qualificada e íntegra de ações, programas e projetos educacionais.

No que diz respeito à integridade no FNDE, julgue os itens que se seguem.

- 98 Os elementos complementares da integridade estão ligados à detecção, investigação e punição de violações da integridade pública e incluem o regime disciplinar, administrativo, civil e criminal.
- 99 O envolvimento do sindicato dos servidores do FNDE nas orientações concernentes às decisões de conflitos de interesse e o fomento da transparência passiva constituem objetivos da cultura de integridade na organização.
- 100 As atribuições da Unidade de Gestão da Integridade (UGI) do FNDE incluem submeter à aprovação do presidente do FNDE a proposta de plano de integridade e atualizá-lo anualmente, bem como estimular iniciativas de gestão de riscos no levantamento de riscos à integridade.